

A FUNÇÃO BASILAR DA RECIPROCIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

The basic function of reciprocity in the Solidarity Economy

Luiz Inácio Gaiger

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São
Leopoldo, RS, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 31/08/2023

Aceito em 02/10/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n258.p28-49>

Copyright (c) 2023 Luiz Inácio Gaiger



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

GAIGER, Luiz Inácio. A função basilar da reciprocidade na economia solidária. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 258, p. 28-48, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n258.p28-49>

Resumo

O propósito desse artigo é caracterizar conceitualmente a reciprocidade e demonstrar como desempenha uma função de vital importância na dinâmica dos empreendimentos de Economia Solidária. A partir principalmente das obras seminais de Marcel Mauss e Karl Polanyi, a reciprocidade é definida como um princípio socialmente vinculante, ao qual se soma um mecanismo prático de prestações e contraprestações reiterativas entre indivíduos, grupos e organizações. Argumenta-se que os empreendimentos solidários, estando fundamentados na lógica da reciprocidade, atuam como vetores da pluralidade econômica, à medida que alimentam várias lógicas e se contrapõem ao monismo do mercado. Eles acionam a reciprocidade como base integrativa da produção e circulação de bens, instilando-a no interior das formas de economia correspondentes aos demais princípios e, assim, expandindo a reciprocidade a todo o corpo social. Dessa forma, demonstram o papel crucial da associação e da cooperação produtiva como bases para a resolução de problemas, valorizando novas formas de solidariedade. Tais proposições encontram seu fundamento em revisões bibliográficas sucessivas, integradas a pesquisas empíricas diversas, com foco na realidade brasileira e de outros países.

Palavras-chave: Dádiva. Economia Solidária. Karl Polanyi. Reciprocidade. Vínculos sociais.

Abstract

This article aims at conceptualizing reciprocity and demonstrating how it plays a vital role in the dynamics of Solidarity Economy enterprises. Starting mainly from the seminal works of Marcel Mauss and Karl Polanyi, reciprocity is defined as a socially binding principle, to which is added a practical mechanism of reiterative benefits and counter-benefits between individuals, groups and organizations. It is argued that solidarity enterprises, being based on the logic of reciprocity, act as vectors of economic plurality, as they feed various logics and oppose the monism of the market. They activate reciprocity as the integrative basis of the production and circulation of goods, instilling it within the forms of economy corresponding to other principles and thus expanding reciprocity to the entire social body. In this way, they demonstrate the crucial role of association and productive cooperation as pillars for solving problems and valuing new forms of solidarity. Such propositions find their foundation in successive bibliographical reviews, integrated with diverse empirical research, focusing on the Brazilian reality and other countries.

Keywords: Gift. Karl Polanyi. Reciprocity. Social ties. Solidarity economy

INTRODUÇÃO

Reciprocidade é um termo familiar ao nosso dia a dia. Habitualmente, ele evoca situações em que um gesto de alguém, dirigido a outra pessoa no intuito de fazer-lhe algum bem, é recompensado por ela com algum gesto ou atitude de retribuição, voluntariamente. Quando essa reação é esperada, mas não ocorre, tendemos a dizer, decepcionados, que faltou reciprocidade. Já quando a retribuição ocorre, provocando atos sucessivos de ambas as partes mesmo na ausência de uma obrigação estrita, cria-se um ambiente de reciprocidade, comum entre pessoas amigas, vizinhas ou colegas. Ambientes de reciprocidade são desejados, pois sustentam nossas relações sociais cotidianas de boa convivência. Segundo o adágio *gentileza gera gentileza*, não haveria razões para se opor.

Na ausência desse hábito salutar e corriqueiro, instaurando um padrão de conduta, seria plausível imaginar uma vida em comum colaborativa e uma sociedade respeitosa e justa? Um dos trabalhos referenciais sobre a reciprocidade, de Alain Gouldner (1960, p. 164-174), inquirindo sua função como princípio universal, concluiu que, sendo fonte de gratificação e de segurança mútua, como norma geral e como padrões específicos de comportamento, a reciprocidade constitui uma alternativa lógica, eficiente e eficaz ao emprego do poder e da força coercitiva, meios que não contribuem para a estabilidade dos sistemas sociais, salvo ao preço de graus elevados de dominação e servidão. Dado, contudo, que iniquidades sociais e variadas formas de opressão vicejam em nossos dias, é de se pensar que, ao lado de outros entraves, esse estilo de conduta esteja em falta, sem disseminar-se. Por outro lado, também não faltam na vida social situações virtuosas, humanizantes. Em quais circunstâncias elas aparecem, se expandem e se reproduzem? Em que medida dependem da reciprocidade ou de atitudes semelhantes?

Considerando a trajetória das civilizações humanas desde tempos remotos, Liane Eisler (2007) nos oferece uma visão panorâmica notável, com abundância de fontes diante das quais fica demonstrado que, na sua absoluta maioria e com predominância inclusive nos últimos dez milênios, as sociedades humanas se organizaram por uma lógica de parceria, não de dominação. Nessa escala de tempo, estaríamos vivendo um momento de exceção, em um lapso de não mais de 3.500 anos. Olhando para o passado mais recente e para o futuro de nossa civilização, autoproclamada moderna e superior, Katherine Gibson *et al.* (2013) defendem a factibilidade e preconizam a disseminação de sociedades baseadas em economias de comunidade, nas quais os seres humanos consideram-se mutuamente em pé de igualdade, ao mesmo tempo em que respeitam e protegem o planeta Terra, sua casa comum e das demais espécies, todas interdependentes. Essa obra, de grande circulação, deu sequência a trabalhos anteriores (GIBSON e GRAHAM, 2006) e se desdobrou a seguir em análises prospectivas (ROELVINK *et al.*, 2015) que abriram o leque de uma “extraordinária proliferação de

experimentos econômicos” éticos, social e ambientalmente sustentáveis (GIBSON *et al.*, 2013, p. xxii).¹

Por seu lado, desde o surgimento do cooperativismo no séc. XIX, a Economia Social e Solidária (ESS) tem sido pródiga em definições que a reconhecem e compelem a avançar no mesmo sentido, havendo por assim dizer fixado um decálogo de valores e compromissos, consagrados nos princípios da Aliança Cooperativa Internacional, reafirmados pela última vez em 1995.² Um dos últimos acontecimentos com ressonância global a respeito, motivado pelo valor atribuído às práticas de cooperação voluntária, ajuda mútua, autogestão e inclusão socioeconômica, entre outras, foi a aprovação pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em abril de 2023, de uma Resolução em favor da promoção da ESS para o desenvolvimento sustentável.³

No caso particular da Economia Solidária,⁴ seria surpreendente que suas organizações não funcionem de algum modo com esse espírito cooperativo e inclusivo, entre seus membros e com parceiros externos. Nesse contexto, em particular, solidariedade e reciprocidade andam juntas, quase como sinônimos. Torna-se então interessante averiguar o quão relevante ou decisiva é a reciprocidade para a Economia Solidária e por quais razões o gesto de receber e retribuir lhe seria constitutivo, inclinando pessoas e organizações a esse padrão de conduta. São esses pontos que pretendemos discutir nesse artigo, o que permitirá argumentar a favor da reciprocidade como uma categoria de análise propícia e mesmo indispensável ao entendimento da dinâmica singular e do significado histórico da Economia Solidária.

Para isso, será necessário adentrar o conceito de reciprocidade, indo além da compreensível imprecisão do seu uso comum e de uma certa obviedade quanto a ser algo desejável. Se gestos de reciprocidade são frequentes entre as pessoas, lógicas ou sistemas em que eles tenderiam a perdurar e instituir-se como uma norma social não são triviais. Por isso, cabe identificar os elementos constituintes da reciprocidade e ter em vista seus desdobramentos em relação às condições de seu exercício e quanto a suas implicações para quem a pratica e para os entornos sociais em questão. Como veremos ao cruzarmos a linha entre o uso comum e o plano teórico-conceitual, regra geral a literatura acadêmica não se contrapõe ao sentido vernacular da reciprocidade, mas antes o amplifica

¹ Esses trabalhos consignam e orientam estudos de uma ampla rede internacional de pesquisadores e acadêmicos militantes, promovida a partir do *Community Economies Collective* (CEC), lançado nos anos 1990. Ver detalhes em: <https://www.communityeconomies.org/about>.

² Para detalhes, ver: <https://www.ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>.

³ Consultar: <https://unsse.org/> e https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_878387/lang-pt/index.htm.

⁴ Utilizaremos essa designação com respeito ao Brasil, por ser nesse caso mais familiar e nele termos as principais referências empíricas desse artigo. Para uma visão panorâmica dos conceitos e enfoques relacionados à Economia Solidária (ou Social e Solidária), ver Defourny, Develtere e Fonteneau (1999) e Cattani *et al.* (2009).

e descortina suas variantes e possibilidades.⁵ Não haveria dificuldades em visualizarmos a reciprocidade binária, de um sujeito A para B e vice-versa, mas estruturas de reciprocidade multilateral ou ternária (SABOURIN, 2011), mais relevantes ao se examinarem sistemas sociais com essa lógica, demandam mais vagar e reflexão.

Assim, para deixar assentadas as relações entre Economia Solidária e reciprocidade, o texto se estrutura da seguinte forma: na próxima seção, será proposta uma abordagem conceitual da reciprocidade, conduzindo a um enfoque que a associa ao primado antropológico da nossa interdependência e à constituição de vínculos sociais. A seguir, veremos como a reciprocidade funciona com um fator estruturante da Economia Solidária e, desse modo, constitui uma chave explicativa de sua lógica peculiar e de sua relevância para a sociedade. Na terceira seção, ampliando e de certa forma invertendo o raciocínio, estará em questão a incidência da Economia Solidária sobre outros princípios e lógicas distintos da reciprocidade, constituindo-se assim em um vetor da pluralidade econômica. Ao longo desses tópicos, esperamos, o sentido dado à reciprocidade, termo polissêmico e sujeito a controvérsias, ficará paulatinamente esclarecido.

Os argumentos apresentados nesse artigo provêm de vários estudos sobre a Economia Solidária e sobre a reciprocidade, realizados sistematicamente há cerca de vinte anos. A análise dos vetores que impulsionam a dinâmica cooperativa dos empreendimentos de Economia Solidária esteve em pauta desde as primeiras pesquisas quali-quantitativas em âmbito nacional (GAIGER, 2004) e as explorações subsequentes dos dados dos mapeamentos da Economia Solidária no Brasil (GAIGER, 2007; GAIGER *et al.*, 2014). Como chave explicativa primordial dessa mesma dinâmica, a reciprocidade ganhou relevância a partir de estudos bibliográficos com ênfase na obra de Karl Polanyi, incluindo um estágio sênior realizado no *Karl Polanyi Institute of Political Economy*, sediado em Montreal. Seu principal produto foi uma obra teórica (GAIGER, 2016) e a integração de ambos os temas em um projeto de pesquisa atualmente em curso, relacionado ao papel da reciprocidade nas modalidades contemporâneas de ativismo social (GAIGER, 2020). Desse modo, embora contenha exemplificações empíricas, esse artigo foi concebido como um trabalho de síntese, com a finalidade de expor e fundamentar uma proposição teórica que não se refere a uma revisão de literatura ou a dados de campo delimitados por uma pesquisa em particular. Quando oportuno, as publicações

⁵ Há por exemplo quem considere a reciprocidade sempre que existam retribuições sucessivas, mesmo com espírito de vingança ou sob o jugo da dominação. Isto diversifica a tipologia de práticas de reciprocidade (GAIGER, 2016, cap. 4).

específicas correspondentes serão mencionadas, o que acarretará o inconveniente de seguidas citações de trabalhos anteriores, feitas em benefício do leitor interessado nos tópicos em questão.⁶

A RECIPROCIDADE COMO PRINCÍPIO VINCULANTE

Sobre a reciprocidade, há uma ampla literatura, de textos clássicos (GOULDNER, 1960; SAHLINS, 1974; POLANYI, 1977; HÉNAFF, 2010) a contribuições mais recentes (GODBOUT, 1999; CAILLÉ, 2000; TEMPLE, 2003; GARDIN, 2006), às quais faremos algumas referências. Resumidamente, se pode dizer que o conceito de reciprocidade tem sido empregado para designar ou compreender as relações sociais e econômicas típicas de sistemas ou organizações que contrastam com a economia de mercado, a exemplo das economias camponesas (SABOURIN, 2011), das economias de base comunitária (GIBSON *et al.*, 2013) e também da Economia Solidária (GAIGER, 2016; 2021), na qual nos centraremos aqui. Em convergência com Karl Polanyi e outros autores, a reciprocidade tem servido para enfatizar, em particular, a efetividade da cooperação social e a predominância de relações simétricas entre indivíduos e agentes econômicos.

Uma pesquisa recente apontou que a maior parte das *empresas sociais* da América Latina está relacionada à presença do princípio de reciprocidade como um vetor estruturante (GAIGER *et al.*, 2019). Predominância semelhante foi sublinhada por estudos de caso reunidos em uma compilação internacional: no Quebec, ao lado do México, Argentina, França e Portugal, a reciprocidade mostra-se uma categoria central (GAIGER e Santos, 2017). Valeria ainda mencionar um estudo sobre vários países europeus, no qual se evidencia como a reciprocidade funciona como suporte de variadas iniciativas cívicas, constituindo uma dimensão basilar da solidariedade existente entre seus integrantes (ESCHWEILER *et al.*, 2019, p. 551).⁷

No enfoque aqui proposto, o conceito de reciprocidade se insere no arcabouço teórico legado por Karl Polanyi, cuja obra situa-se em estreita convergência com Marcel Mauss (2003), conforme têm enfatizado autores da corrente antiutilitarista das ciências sociais, como Alain Caillé (2000), Jacques Godbout (1999) e Jean-Louis Laville (1997). Utilizamos também autores como Eric Sabourin (1999), Laurent Gardin (2006), Luis Razeto (1990) e Pablo Guerra (2002). Autores clássicos, como os já citados Marshal Sahlins, Alvin Gouldner e Marcel Hénaff, serão igualmente levados em conta, não obstante o

⁶ As pesquisas e publicações em tela foram decisivamente favorecidas pelo apoio ininterrupto do CNPq, desde o ano 2000.

⁷ Recuando no tempo, caberia citar a obra de John Murra (1969) sobre os Incas, um império pré-hispânico cuja estrutura, para esse autor, se baseava em uma complexa integração dos princípios de redistribuição e reciprocidade, cujo sentido esclareceremos adiante.

tratamento apropriado de suas importantes contribuições requeira um trabalho com esse objetivo específico.

Adentrando a matéria, comecemos pelo *paradigma da dádiva*, pois seu entendimento nos conduzirá à reciprocidade. Como Marcel Mauss, um misto de sociólogo e antropólogo cujos principais escritos datam dos anos 1920-1950, decifrou o enigma da dádiva? No contexto de seus estudos sobre os povos Maori, habitantes das Ilhas Trobiand, entre tantas outras da atual Oceania, que sentido tinha a tríplice obrigação de *dar, receber e retribuir*, que ele associou à dádiva, considerando-a um dispositivo historicamente fundamental na tessitura das relações humanas? Por qual razão tantos povos - arbitrariamente adjetivados por nós de *primitivos* - se dedicavam intensamente à faina de fabricar, carregar e entregar presentes sem utilidade prática a aldeias situadas em ilhas distantes, ainda mais na ausência de garantia formal quanto a uma futura retribuição? E por que tais hábitos ainda perseveram entre nós em ambientes de sociabilidade primária, entre amigos ou quando contribuímos com causas humanitárias por meio de donativos ou trabalho voluntário? Enfim, por que trocar presentes, eminentemente simbólicos, ainda faz parte das relações diplomáticas?

A descoberta de Marcel Mauss, até certo ponto inesperada, foi possível graças ao exame minucioso que ele fez de uma imensidão de estudos e relatos etnográficos sobre normas e costumes de diversas sociedades, em alguns casos configurando precedentes das instituições atuais do direito e da economia. Isto o levou a concluir que “uma parte da humanidade, relativamente rica, trabalhadora, criadora de excedentes importantes, soube e sabe trocar coisas consideráveis, sob outras formas e por razões diferentes das que conhecemos” (MAUSS, 2003, p. 231).

Para Marcel Mauss, sem estarem obcecadas pelo econômico ou guiadas por nossos modernos princípios utilitaristas, várias civilizações adotaram por milênios um dispositivo social à altura do grande problema a resolver: confiar ou não confiar? Em outras palavras, irmanar-se com povos e nações vizinhas, integrando-se em uma grande aliança, ou manter-se em estranhamento, expondo-se ao risco de disputas e conflitos? Mesmo com riscos de perda da confiança e de fracasso, o ato de confiar exclui o conflito e a guerra como formas ordinárias de resolver problemas e impasses de agrupamentos e povos – seja no tocante à escassez, seja sobre o melhor proveito a tirar em situações de abundância. Predominou naqueles tantos casos essa opção, consagrada no plano simbólico por encontros cerimoniais, com a pompa e a circunstância merecidas, que demandavam uma enorme dedicação de recursos, de cuidados e de tempo, mas com isso garantindo visitas mútuas periódicas em que se ofertavam bens, se recebiam oferendas e, posteriormente, se retribuía. A isso Marcel Mauss designou de *tríplice ciclo da dádiva*. Ele assim deu sentido a um sistema a princípio enigmático, descoberto um tanto acidentalmente por etnógrafos no início do séc. XX, ao viajarem e

permanecerem anos a fio convivendo com habitantes aldeados em ilhas do Pacífico, a léguas de distância umas das outras.⁸

Segundo Marcel Mauss, há uma genialidade na dádiva que explica sua vigência por centenas ou, mesmo, milhares de anos: os objetos presenteados, de valor imaterial e simbólico, representavam e substituíam as próprias pessoas, os povos, suas *almas*. É sua história e seus vínculos que estavam em jogo, a ponto de seu maior tesouro, perpetuador da espécie – as mulheres – fazerem às vezes parte das oferendas. Esse último ponto indica que havia também uma relação indireta, mas significativa, entre esse universo simbólico e a vida hodierna, incluindo os ciclos de reprodução biológica. De resto, em paralelo ao circuito da dádiva e apoiando-se em relações de parentesco, desenvolvia-se uma economia de reciprocidade que, por depender daquelas relações e da estrutura social delas decorrente, mantinha os atos de troca – ou o comércio – sob controle; eram assim também refreadas as aspirações individuais incompatíveis com o equilíbrio social. Esse sistema e essas condutas, nas quais imperavam prodigalidade e magnificência, se faziam por conta de uma escolha racional quanto à melhor saída diante do dilema da interdependência: fazia-se necessário realimentar constantemente a confiança. Era preciso admitir e dar espaço, simbolicamente, à rivalidade – ou mesmo à hostilidade, configurando a “dádiva agonística” (MAUSS, 2003, p. 192). Era preciso manter-se em um perpétuo endividamento positivo, não por ignorar-se o valor do trabalho e dos objetos, mas como forma de preservar relações mutualmente vinculantes.

As atividades que hoje catalogamos como econômicas, além de não merecerem uma categoria particular que as diferenciasse das demais, passaram muito tempo imersas na tessitura de relações sociais assim instauradas; práticas e relações voltadas à subsistência material eram antes de tudo fatos humanos, como quaisquer outros (GAIGER, 2016, p. 193-205). Além disso, não constituíam a base definidora da sociedade: à luz da história, lógicas e padrões de comportamento que incidem sobre a vida material – sendo por isso passíveis de adjetivação como *econômicos* – são eminentemente *sociais*. Como veremos, seguindo Marcel Mauss e de Karl Polanyi, a reciprocidade apenas pode ser vista como um princípio ou mecanismo econômico em segunda instância, como desdobramento de uma lógica social primeira que dá sentido e sustentação à sociedade. Em primeira instância, há uma arquitetura de vínculos sociais, instaurados para fazer frente à interdependência.

Voltando à dádiva, em síntese Marcel Mauss concluiu que esse sistema tinha por objetivo estabelecer ou manter a confiança e a aliança entre povos e nações – tanto entre os Maori quanto em várias outras sociedades, de diversos lugares e continentes, incluídos em seus estudos. Na ausência

⁸ Os registros mais conhecidos são aqueles de Bronislaw Malinowski sobre o circuito *Kula*, feitos no curso de sua permanência de vários anos, voluntária e depois compulsória (devido à primeira Guerra Mundial), nas Ilhas Trobriand, na Melanésia.

da confiança, da aliança e da paz, não se fazem acordos; instala-se a indiferença, caldo propício à hostilidade, e vive-se o risco de inimizades e declarações de guerra. Sabemos disso em pequena escala: na falta de festas de aniversário e de presentes - recebidos e retribuídos com base não em seu preço, mas na vontade de agradar e em seu valor afetivo - amizades e famílias feneceriam.

O grande desafio não é emanciparmo-nos dos outros, sermos autossuficientes e autônomos. O grande e real problema consiste em lidar com a interdependência, gerir os inevitáveis vínculos sociais entre indivíduos, agrupamentos, sociedades e civilizações. A lógica da dádiva é uma alternativa, mas funciona apenas se a intenção for criar vínculos sociais consistentes que se sustentam em valores, identidades e visões de mundo compartilhadas. Em uma escala mais ampla, indeterminada, mas valiosa, desconectada de fins imediatos, cultivamos vínculos de identidade e confiança com os nossos próximos, como também mantemos laços espirituais com coletividades maiores às quais nos sentimos pertencer e nas quais encontramos sentidos para nossa existência (GODBOUT, 1999).

Esse entendimento traz algumas consequências. Em primeiro lugar, alinhando-se a esse ponto de vista Karl Polanyi não cansou de repetir que a base da sociedade não é material, não é a economia, não são as forças produtivas. A base são as *relações sociais*: salvo em certa medida no caso da nossa atual sociedade de mercado, a produção e circulação de bens e serviços é determinada por critérios extraeconômicos, a economia sendo um meio de viabilizar realizações humanas. Daí a conhecida fórmula de Karl Polanyi, segundo a qual falamos de economia para evocar mentalmente uma dimensão da vida coletiva que resulta de um processo “socialmente instituído” (POLANYI, 1957, pp. 249-250). Historicamente, como qualquer atividade humana, as economias estiveram imbricadas, encaixadas (*embedded*, na semântica do autor) na sociedade.

As economias históricas, segundo ele, podem ser examinadas e compreendidas a partir de uma tipologia de referência, que as divide segundo quatro princípios socioeconômicos (POLANYI, 1977; 2001): foram esses quatro princípios, com suas variantes e combinações, que governaram e tornaram possível a vida de povos e civilizações ao longo da história, em suas dimensões materiais, sociais e culturais. A *reciprocidade*, sendo um deles e funcionando como elemento integrador de todo o sistema social e econômico, ou ficando em uma posição secundária e subordinada ao princípio da *redistribuição* (típico da economia pública, ou estatal), esteve bem mais presente historicamente do que o princípio do *intercâmbio* (base das trocas mercantis e da economia de mercado), exceto em nossas sociedades atuais. Os estudos realizados por Karl Polanyi e equipe (1957; 1977; 2001) examinam como a grande maioria das sociedades estabeleceu suas economias por meio de

combinações desses princípios.⁹ Ao fazê-lo, mantiveram a satisfação de suas necessidades materiais atrelada às suas respectivas estruturas sociais e culturais.

Isto porque, voltando a um ponto anterior, qualquer coisa que classifiquemos como *econômica* encontra uma razão de ser fora dela mesma. Portanto, os quatro princípios de Karl Polanyi, usualmente adjetivados de econômicos, em verdade são *sociais* antes e mais do que econômicos. O sistema de prestações e contraprestações sucessivas que caracteriza a reciprocidade, ou de favores mútuos, na linguagem comum, apenas pode ser visto como um mecanismo econômico em uma segunda instância, como desdobramento de uma lógica social anterior. Em primeira instância, há um arcabouço de vínculos sociais, cuja estrutura e modo de funcionamento são uma resposta à questão primordial da interdependência. Nas palavras de Karl Polanyi, fatores dessa natureza “surtem de todos os pontos do compasso sociológico: o costume e a lei, a religião e a magia contribuem igualmente para o resultado, que é o de restringir os atos de intercâmbio em relação a pessoas e objetos, tempos e ocasiões.” E completa: “Em regra, aquele que permuta apenas entra em um tipo de relação já determinado, no qual tanto os objetos quanto as quantias a eles equivalentes já estão dados” (POLANYI, 2001, p. 64 – traduções nossas).

Resumindo: a reciprocidade não constitui somente uma lógica econômica no sentido habitual e estrito do termo, mas sobretudo uma referência a um sistema de relações instauradas entre pessoas, grupos ou coletividades, ensejando prestações mútuas cuja existência repousa na vontade de criar ou manter o vínculo social, a cooperação e a paz. Ademais, a reciprocidade é imanente à dádiva (SABOURIN, 2008) - é preciso retribuir para que o ciclo se complete e se renove – ela não está apenas ao final, mas também no início dos ciclos da dádiva. Nesse sentido geral e essencial, a reciprocidade responde a uma questão de princípio e de lógica social. Mas além disso, em um plano concreto e pragmático, podemos ver a reciprocidade com um mecanismo funcional de retribuições sucessivas, ou de prestações e contraprestações, sendo por isso uma prática palpável das organizações associativas e cooperativas. Esse mecanismo, enquanto tal, pode funcionar com ou sem relação com o princípio da reciprocidade, sendo isso o que o separa ou aproxima do universo utilitário das trocas orientadas pelo princípio do intercâmbio.¹⁰ Na Economia Solidária, ambas as dimensões andam juntas, como buscaremos demonstrar.

⁹ Uma explanação por extenso a respeito, incluindo também o princípio da *domesticidade*, encontra-se em Autor, 2016, caps. 3 e 4.

¹⁰ Karl Polanyi também observou essa conjunção nas Ilhas Trobriand, entre os Maori: de um lado, havia uma reciprocidade prática relacionada à subsistência cotidiana, por meio de um esquema sofisticado de ajuda no interior de cada núcleo de povoamento insular; de outro lado, havia uma reciprocidade simbólica envolvendo um amplo circuito de prestações cerimoniais entre as ilhas – o *Kula* – num trabalho imenso e incansável visando “minimizar a rivalidade e o conflito, e maximizar a alegria de dar e receber presentes” (POLANYI, 1977, p. 51).

A PRESENÇA DA RECIPROCIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No entendimento de situações que envolvem distintos indivíduos e organizações, convém ter em vista que o mecanismo de reciprocidade pode ser simples ou complexo, como refletem tipologias a respeito, a exemplo daquela proposta por Laurent Gardin (2006). Por vezes, diz ele, não há uma perfeita correspondência entre os integrantes de um sistema de reciprocidade, pois suas condições de dar e retribuir diferem. Essa situação de reciprocidade *desigual* não exclui a evolução para formas mais horizontais, participativas e igualitárias que atendem ao critério de simetria enfatizado por Karl Polanyi (1977, pp. 38-39). Outras vezes, em grupos ou organizações mais homogêneas e auto-organizadas, como se observa em associações e cooperativas cujo porte favorece o mútuo conhecimento e a interação entre os membros, se estabelece uma forma de reciprocidade *entre pares*. Em organizações mais complexas, reunindo uma variedade de atores sociais com diferenças de interesses e de papéis, instituem-se formas de reciprocidade *multilateral* (GARDIN, 2006, pp. 48-62).¹¹ É possível também que o princípio da reciprocidade seja preservado mesmo em situações de relativa assimetria ou da inexistência de retribuições diretas, ainda que se almeje realizá-las. Tais casos de reciprocidade *complexa* traduzem melhor as nossas realidades, incluindo a Economia Solidária.

Com respeito à Economia Solidária, estudos sobre a realidade brasileira (SINGER e SOUZA, 2000), latino-americana (RAZETO, 1983; KRAYCHETE *et al.*, 2000) ou mais ampla (LAVILLE, 2010) convergem no essencial quanto à sua história e suas configurações. De modo sintético, no contexto da América Latina o conceito em geral refere-se a organizações com as seguintes características: a) são formadas pela livre adesão de trabalhadores, produtores, usuários e consumidores de bens e serviços, que se organizam de modo horizontal e paritário, na condição de coproprietários e gestores associados das iniciativas; b) desenvolvem atividades econômicas de produção de bens (materiais e imateriais), de comercialização ou de prestação de serviços, sem objetivar a acumulação privada do capital e da riqueza¹²; c) sua gestão está baseada na propriedade social do capital e em dispositivos de participação dos membros nos processos decisórios; d) visam beneficiar seus integrantes diretos e as populações circundantes; e) ao mesmo tempo, engajam-se com frequência em movimentos sociais que almejam transformações mais amplas, através especialmente de incidências sobre a esfera pública.

¹¹ As realidades empíricas podem corresponder a vários modelos e suscitar outras tipologias (cfr. SABOURIN, 2011, p. 50-56).

¹² Seja essa acumulação via extração de excedentes sobre o valor gerado pelo trabalho, seja pela busca de vantagens competitivas através da maximização do quociente custo-benefício no âmbito da produção e da circulação, seja ainda via apropriação privada de recursos públicos ou bens coletivos.

Por conta dessas características, os integrantes de organizações ou empreendimentos de Economia Solidária – sejam trabalhadores, produtores, consumidores ou usuários – lidam com desafios que valorizam a arte de criar e cultivar laços sociais. Esse padrão de conduta é favorecido e reforçado pelo fato de as iniciativas de Economia Solidária suporem e incentivarem retribuições contínuas entre indivíduos e coletividades; portanto, por serem iniciativas que atribuem grande valor à colaboração, o que leva precisamente ao ciclo de dar, receber e retribuir. Ademais, conforme revelou a primeira pesquisa nacional a respeito no Brasil (GAIGER, 2004), a Economia Solidária é muitas vezes levada adiante por pessoas com um lastro pronunciado de experiências associativas, comunitárias ou de classe, pessoas que preferem viver um estilo de sociabilidade mais denso e vinculativo. Ao proporcionar novos exercícios, aprimoramentos e criações coletivas, a Economia Solidária forja a consciência de nossa condição de dependência mútua.

À luz dessas proposições gerais, vale esmiuçar em que medida e como a reciprocidade é incorporada pela Economia Solidária, funcionando como esteio dinâmico de suas organizações. Algumas respostas podem ser alinhavadas a partir da experiência brasileira.

Em primeiro lugar, frise-se, essas organizações estão imersas em arranjos sociais mais amplos, enraizados na história local. Difilmente elas resistiriam à passagem do tempo na ausência de algum lastro associativo, de vínculos cevados ao longo da experiência coletiva, adensando o sentimento de solidariedade. A bem dizer, historicamente a Economia Solidária constitui mais uma onda de solidarismo, fazendo eco a vagas anteriores de mobilização e organização coletiva, muitas vezes perdidas nas sendas do tempo (GAIGER, 2009). Até certo ponto, ela resgata episódios de maior vitalidade, sucedidos de posterior arrefecimento sem que o valor da solidariedade e a predisposição a revivê-la se tenham apagado por completo da memória coletiva (GAIGER e CORREA, 2010). Na medida do seu enraizamento territorial e comunitário, essas iniciativas dinamizam redes de interação próprias de sistemas socialmente vinculantes. Portanto, sinalizam um reaparecimento do espírito associativo, um fenômeno com histórias e múltiplos desenlaces (SINGER, 1999; 2002). As camadas populares protagonistas dessas experiências, em particular, têm atuado para que não lhes faltem os funcionamentos básicos (SEN, 2000, p. 95) da vida humana; em outras palavras, têm realizado o seu movimento de proteção social e de encaixe da economia (POLANYI, 2001).

Quanto aos princípios da tipologia de Karl Polanyi, diríamos que a Economia Solidária, em suma, vale-se da domesticidade, própria à vida familiar e a pequenos agrupamentos, e ativa preferencialmente a reciprocidade para estender-se a círculos maiores, em detrimento da lógica utilitária do intercâmbio. Isto, dado que a racionalidade desses empreendimentos prima pela reprodução material, social e simbólica de seus integrantes. O escasso provimento de recursos que os caracteriza requer um elevado senso de adaptação às circunstâncias, induz à cautela e valoriza redes familiares e supra familiares de apoio. De tal sorte, a atividade econômica não é concebida

senão como parte de arranjos sociais em que aportes de variados agentes são imprescindíveis e veem-se compensados ao longo do tempo, mais por vontade de retribuir do que por obrigação. Práticas de cooperação produtiva, integradas a sistemas costumeiros de ajuda mútua, se reproduzem e ativam a partir daí o mecanismo de reciprocidade.

Do ponto de vista de suas raízes, as chances de desenvolvimento dos empreendimentos solidários crescem quando suas práticas associativas são compatíveis com a economia popular típica daquele contexto, pois se amoldam àqueles arranjos individuais, familiares ou grupais que lhes asseguram ordinariamente a subsistência e, assim, ficam inscritas em seus círculos de relação e de influência (GAIGER, 2004; 2009).

Se os empreendimentos solidários valorizam a *comensalidade* (RAZETO, 1990, p. 65) na esfera doméstica, como é típico da economia popular, deparam-se com suas limitações para estruturar iniciativas por meio de relações alargadas de cooperação, vincadas em princípios democráticos e de equidade, condizentes com a simetria própria da reciprocidade. Desse ponto de vista, a Economia Solidária não prescreve as formas populares de economia, mas compatibiliza-se com elas e as potencializa à medida que reorganiza os fatores produtivos, materiais e humanos (GAIGER, 2009). Ela oferece à economia popular uma alternativa à simples integração subordinada e funcional à economia de mercado capitalista.

Morfologicamente, depreende-se que a reciprocidade nos empreendimentos solidários não se resume a um mecanismo binário, entre pares. Muitas vezes, esses empreendimentos possuem certa complexidade estrutural, dado que nem sempre lidam com grupos homogêneos em termos ocupacionais e de renda, e também dada a sua tendência a criar redes e instâncias de segundo grau. Funcionam por isso como iniciativas de reciprocidade multilateral, no sentido antes discutido (GARDIN, 2006a, pp. 56-58), de coexistência de prestações dotadas de mecanismos de compensação imediata (“retiradas” mensais à guisa de pró-labore, no caso das cooperativas, conforme o trabalho despendido), ao lado de contribuições sem retorno ou sem equivalência, cujo desequilíbrio finda secundário diante do fato de agregarem valor a um bem coletivo e, principalmente, estarem orientadas por um projeto comum e pela preservação dos vínculos. Assim, os empreendimentos solidários e suas redes, ao lado de inúmeras organizações gremiais que materializam o espírito de associação, funcionam como meios de passagem e integração entre círculos de convivência, níveis de sociabilidade e espaços institucionais, conforme o ponto de equilíbrio de seus laços estruturantes, voluntários ou obrigatórios, abertos ou restritos.

Em face da despersonalização das relações humanas característica de nossa época, a Economia Solidária expressa uma convicção de que o imperativo de interdependência deve conduzir ao estabelecimento de laços e compromissos mútuos, alicerçando sistemas abertos de partilha e de prestações mútuas. Tais aspirações ao mesmo tempo selam compromissos e levam ao

reconhecimento das suas potencialidades, como sucedeu em recentes declarações de organismos multilaterais, à base da já citada Resolução da ONU, aprovada em 2023:

Las entidades de la ESS aspiran a la viabilidad y la sostenibilidad a largo plazo y a la transición de la economía informal a la economía formal, y operan en todos los sectores de la economía. Ponen en práctica un conjunto de valores que son intrínsecos a su funcionamiento y acordes con el cuidado de las personas y el planeta, la igualdad y la equidad, la interdependencia, la autogobernanza, la transparencia y la rendición de cuentas, y el logro del trabajo decente y de medios de vida dignos (OIT, 2022, p. 4).

Para lograr seus propósitos, as iniciativas de Economia Solidária não rejeitam totalmente o cálculo fundado no interesse próprio e as práticas de intercâmbio correspondentes. Essas condutas se revelam funcionais ao menos em situações desprovidas da intenção de criar ou manter vínculos, pois preservam as margens de liberdade das partes que transacionam. Ou seja, a Economia Solidária não se furta ao mercado, mas inclina-se a transações comerciais por meio de princípios e regras condizentes com sua postura infensa à mercantilização das trocas e das relações sociais. Para isso, cria meios próprios, como as feiras solidárias, os clubes de troca, as associações de consumidores, a moeda social, o comércio justo e os cafés solidários. Outras vezes, vale-se de espaços tradicionais, como mercadinhos e feiras locais, dada a proximidade entre produtores, vendedores e consumidores. Desse modo, os intercâmbios estabelecidos favorecem relacionamentos que vão além da mera realização do interesse próprio, com seu pragmatismo peculiar e cujo efeito é justamente impedir que as transações comerciais gerem vínculos e, por isso, interfiram na autonomia dos agentes econômicos.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E PLURALIDADE ECONÔMICA

Além de sua relação preferencial com a reciprocidade, de variável grau de complexidade, a Economia Solidária transita por diversos princípios socioeconômicos, como a domesticidade e o intercâmbio. Para melhor entendimento dessa tese, convém lembrar, conforme postulava Karl Polanyi, que as economias reais se constituem mediante arranjos entre vários princípios, o que cria situações de *pluralidade econômica* (LAVILLE, 2010, pp. 364-369). Convém, ademais, entender e aplicar essa noção de pluralidade econômica em vários níveis:¹³

- a) Um primeiro nível, de *hibridismo* econômico, corresponde a combinações de princípios que concorrem para o mesmo fim e, assim, perdem o seu estado puro. Em uma empresa familiar, as preocupações econômicas afetam tanto o ambiente

¹³ Uma explanação pormenorizada encontra-se em Gaiger (2016, p. 148-160).

da família quanto a dinâmica empresarial. Isto induz a mesclas entre os princípios de domesticidade e de intercâmbio, provocando dilemas frequentes para a vida familiar e para a condução dos negócios. O mesmo se aplica a empreendimentos de Economia Solidária de base familiar, quando lógicas de divisão do trabalho e de exercício de autoridade se chocam.

- b) Quando a análise se situa no plano de padrões de economia já estabelecidos pela instituição de um ou mais princípios, que assim criam uma mentalidade e um *modus operandi* determinado, a eventual heterogeneidade interna de tais padrões do ponto de vista dos princípios que os governam pode justificar a menção a *padrões mistos*. É o caso dos mercados comunitários e de situações como bancos éticos e redes de comércio justo, nos quais interagem estruturas de intercâmbio e de reciprocidade. Essa situação, no caso das praças de comércio, conduziu autores ao conceito de “mercados de reciprocidade” (SABOURIN, 2006, p. 21).
- c) A coexistência de padrões econômicos no interior de um ecossistema corresponde ao conceito mais abrangente de *pluralidade econômica*. Disso são exemplos sistemas econômicos da história recente, justificando designações como capitalismo de estado ou mercado socialista, subjacentes aos quais estariam os princípios de intercâmbio (associável ao mercado) e de redistribuição (associável à economia pública).

A natureza eminentemente plural das economias reais tem sido um argumento de diversos autores, incluindo Marcel Mauss e Karl Polanyi, contra o evolucionismo imanente à tese da onipresença, superioridade e universalismo do padrão de mercado. No que lhes diz respeito, as experiências de Economia Solidária promovem formas atípicas de integração entre os princípios, quebrando o exclusivismo do mercado e seu predomínio inquestionável. Uma demonstração interessante é oferecida pelos empreendimentos de reciclagem, organizados como associações ou cooperativas regidas pelo modelo da autogestão (vide Figura 1).¹⁴

Esses empreendimentos coletam e fazem a triagem e embalagem de resíduos destinados à cadeia industrial da reciclagem. Precisam desenvolver estratégias de *intercâmbio* comercial, haver-se

¹⁴ O segmento de associações e cooperativas de reciclagem tem sido objeto de variados estudos, incluindo pesquisas que pudemos orientar ou acompanhar, como Souza (2005), Pasqualetto (2018) e Veronese (2016). Para uma visão panorâmica do setor, ver IPEA (2013).

com preços e com flutuações da demanda, evitando ao menos a excessiva desvalorização dos materiais recicláveis que colocam no mercado. Precisam reagir às incertezas e retrações de um sistema em que possuem escasso poder de barganha (BOSI, 2008). Contudo, ao contrário do que tenderiam a fazer empresas privadas submetidas a patamares competitivos de rentabilidade, não seria razoável para os empreendimentos solidários irem ao ponto de cortar na própria carne, desfazendo-se de seus trabalhadores ou rebaixando ainda mais as suas condições laborais. A sua estratégia de mercado busca otimizar os rendimentos, contudo sem escapar do fato de que sua razão de ser é o bem-estar de seus integrantes – ao mesmo tempo, trabalhadores e cooperados – por meio de ganhos que se destinam a todos; portanto, sem separar os aspectos econômicos da natureza social do empreendimento.

Ademais, o processo de coleta e triagem (como, de resto, a cadeia de reciclagem) encontra-se enquadrado em normas legais e depara-se com a onipresença do poder público, em grande parte dos casos responsável pela coleta do lixo urbano e sua entrega às cooperativas e associações. É da esfera pública, fazendo jus ao princípio de *redistribuição*, que se conseguem apoios e melhorias, equipamentos e infraestrutura. Em compensação, os empreendimentos contribuem para uma boa imagem dos municípios e, por vezes, desenvolvem campanhas e ações de sensibilização e formação, não sendo incomum a sua atuação em escolas e organizações da sociedade civil (PASQUALETO, 2018). Essa presença pública lhes traz retornos positivos, favorecendo que a imagem preconceituosa e degradante a eles impingida converta-se em reconhecimento pelo seu trabalho como agentes ambientais (RIOS; ASSIS, 2020).

Anteriormente aos empreendimentos coletivos, a coleta de resíduos recicláveis era feita basicamente por coletores individuais, em carrinhos ou carroças – cada um com seu território e seus fornecedores. Essa atividade e sua respectiva clientela muitas vezes permanecem, combinadas com o trabalho no empreendimento, para o qual a coleta individual por vezes também é canalizada. A economia familiar, baseada no princípio da *domesticidade*, se combina com a atuação no empreendimento, cuja vivência de deliberações por igual entre homens e mulheres, ao lado de atividades formativas em saúde, educação e cidadania, termina refletindo-se no ambiente familiar, sobretudo em questões de gênero, as quais sabidamente trazem consigo muitas outras aspirações a mudanças.

Figura 1 – Empreendimentos de Reciclagem e Princípios Socioeconômicos



Fonte: elaboração do autor (imagens de domínio público).

Acima disso tudo, os empreendimentos não se sustentariam sem acordos entre seus integrantes para organizar o trabalho cooperativo e garantir sua realização. É preciso ceder seu tempo, laboriosamente, para receber em troca parte dos dividendos monetários e outros benefícios gerados pelo coletivo. Há um mecanismo de prestações e contraprestações contínuas, no âmbito do trabalho e da gestão. E há um conjunto de valores, como respeito mútuo, equidade e direito à participação, que sustentam a autogestão, por vezes penosa e mesmo inglória (VERONESE, 2016). A mesma que convoca a todos/as, aprova engajamentos em movimentos sociais e libera uns e outros para viajar, participar de encontros, representar o empreendimento etc. Em pano de fundo, ocorre uma reconstrução das identidades, uma revolução que transforma pessoas condenadas e associadas à imundície em atores essenciais diante dos impasses socioambientais dilacerantes de nossas sociedades (RIOS e ASSIS, 2020).

Essas transformações acontecem graças à reciprocidade, como um princípio vinculante e como um mecanismo de cooperação produtiva. As coisas mudam no local de trabalho, no ambiente familiar, nos vínculos com o entorno próximo e nas relações com o poder público e com parceiros. Ademais, a troca de experiências com outras iniciativas e a formação de redes e movimentos indicam uma expansão das fronteiras da reciprocidade, que assim se generaliza como uma norma moral de conduta (GOUDNER, 1960, pp. 174 *et passim*).

De modo geral, considerando os argumentos apresentados a partir da literatura e de pesquisas empíricas, como podemos visualizar as relações entre a Economia Solidária, a

reciprocidade, os demais princípios e os padrões econômicos correlatos? De forma sumária, eis algumas respostas:

A exemplo das comunidades rurais (SABOURIN, 1999), a Economia Solidária aciona a seu modo a reciprocidade como base integrativa da produção e circulação de bens, combinando-a com outros princípios, como a domesticidade, que funcionam como métodos subordinados. Isso provoca metamorfoses na economia doméstica e inovações como as moedas sociais e as finanças solidárias, situações em que o intercâmbio deixa de exprimir interesses em conflito e viabiliza a satisfação de necessidades (FAVARIN, 2019). Os princípios perdem sua pureza, tornam-se híbridos, enquanto a Economia Solidária, em certo grau, promove em suas áreas de abrangência um processo de instituição da reciprocidade.

Por essa via, a Economia Solidária revitaliza sistemas de vida e formas de economia popular fadadas ao esquecimento e ao abandono, fortalecendo seus agentes e criando alternativas à sua mera integração funcional à economia de mercado capitalista. Nesse sentido ela age, por adição, como um vetor de pluralidade econômica. Em paralelo, origina e dá suporte a atores sociais engajados na arena pública em prol da institucionalização desse campo de práticas e de causas comuns mais amplas, como a democratização da economia. Ela reintroduz premissas éticas no âmago dos assuntos econômicos. Um caso emblemático, inclusive no tocante aos desencontros com os agentes públicos, é a organização solidária de pescadores artesanais, relatada por Mauro Campos *et al.* (2018).

Não obstante dificuldades em várias frentes, a Economia Solidária demonstra o papel crucial da associação entre pessoas livres como base para a resolução de problemas, valorizando assim novas formas de solidariedade contemporânea (KRAYCHETE *et al.*, 2000). Ela intervém nos espaços conformados por outros princípios, como a economia pública estatal e a economia privada de mercado. Instila princípios de reciprocidade nesses subsistemas, a exemplo da exigência de credenciamento ambiental para as atividades econômicas e do caráter participativo cobrado dos fundos públicos. A Economia Solidária inclina-se a expandir a reciprocidade a todo o corpo social, resultando disso padrões mistos de economia. Desse modo, ela contradiz as teses monocórdicas da racionalidade orientada pelo interesse próprio. Suas lógicas são múltiplas e impuras, mas se movem em resposta à interdependência humana, através da simetria e do vínculo social (SERVET, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proposições acima referem-se a relações lógicas e a tendências, observáveis em estudos empíricos e, de todo o modo, interpretadas à luz do arcabouço teórico utilizado aqui. Elas não descartam situações destoantes ou enfoques distintos, susceptíveis de elucidar outros aspectos,

mesmo contraditórios com o exposto nesse artigo. Isto faz parte da diversidade de olhares própria das ciências sociais e tem a ver, em boa medida, com aquele *ínfimo* aspecto da realidade que se deseja conscienciosamente compreender, como diria Max Weber. De mais a mais, não fosse a limitação de espaço, caberia detalhar algumas afirmações e acrescentar outras evidências em favor das proposições feitas, aportando-lhes precisões e nuances.

Isto posto, voltando à nossa linha de argumentos, valeria salientar que a reciprocidade é susceptível de manter a satisfação das necessidades materiais ligada às respectivas estruturas sociais e culturais, na medida em que a sua lógica não conduz a uma separação entre a economia e outras esferas da vida. Essa situação de *encaixe* social da economia é o que protege a sociedade da lógica implacável de mercantilização dos bens materiais e da própria vida, instilada pela lógica do mercado. Por essa e outras características, a reciprocidade foi reconhecida por Alvin Gouldner (1960, pp. 174 e ss.) como uma norma moral que assegura a estabilidade das sociedades, contribui para a coesão e a paz, funciona como uma “defesa de segunda ordem”, além de auxiliar no desencadeamento de relações sociais baseadas na mutualidade e na confiança. A tese se coaduna com o entendimento de Marshal Sahlins (1974, pp. 21-23), que viu as relações de reciprocidade como uma espécie de “diplomacia econômica”, base para “tratados de paz”, retomando as palavras de Marcel Mauss (2003). Completando o raciocínio, Marcel Hénaff indicou o ponto central da questão: a reciprocidade é um princípio social, ético e de estabelecimento de vínculos de aliança que comprometem pessoas e grupos com a vida em comum, ainda que sua alteridade, como pessoas autônomas, seja irredutível (HÉNAFF, 2010, pp. 1-2).

O primeiro texto dessa tríade de trabalhos clássicos enfatiza que a reciprocidade contribui para dar início a novos sistemas (GOUDNER, 1960, p. 177). No caso em tela nesse artigo, apenas a evolução dos fatos e a continuidade dos estudos nos permitirão avaliar em que medida a Economia Solidária e outras iniciativas afins resultam, significativamente, em processos de instituição da economia a partir do princípio da reciprocidade. Essa hipótese é matéria de convicção para Riane Eisler (2008), para quem as formas solidárias de economia são um caminho para novas sociedades de parceria. Ainda que possamos estar longe desse limiar, é importante notar que as funções atualmente cumpridas pela reciprocidade, somadas a seu potencial ainda não utilizado, condicionam o futuro da dádiva. Em outras palavras, a sorte dos vínculos sociais – isto é, da humanidade – dependeria em grande medida da reciprocidade e de quem possa veiculá-la e promovê-la como um princípio estruturante da vida social em nossos dias.

REFERENCIAS

- BOSI, Antônio. A organização capitalista do trabalho “informal”. O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, 2008, p. 101-116.
- CAILLÉ, Alain. **Anthropologie du don. Le tiers paradigme**. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- CAMPOS, Mauro; TIMÓTEO, Geraldo; ARRUDA, Ana. A dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 116, 2018, p. 71-102.
- CATTANI, Antonio *et al.* (Eds.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.
- DEFOURNY, Jacques *et al.* (Eds.). **L’Economie sociale au Nord et au Sud**. Paris – Bruxelles: De Boek, 1999.
- EISLER, Riane. **O cálice e a espada. Nossa história, nosso futuro**. São Paulo: Palas Athena, 2007.
- EISLER, Riane. **A Verdadeira riqueza das nações. Criando uma economia solidária**. São Paulo: Cultrix, 2008.
- ESCHWEILER, Jennifer *et al.* The Reciprocity Dimension of Solidarity: Insights from Three European Countries. **Voluntas**, n. 30, 2019, p. 549–561.
- FAVARIN, Roque. A dádiva e reciprocidade nos fundos rotativos solidários. **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Florianópolis, UFSC, 2019.
- GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio (Org.). A outra racionalidade da Economia Solidária. Conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, 2007, p. 57-77.
- GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, 2009, p. 81-99.
- GAIGER, Luiz Inácio. **A descoberta dos vínculos sociais**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2016.
- GAIGER, Luiz Inácio. A reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum; uma resposta ao capitalismo de crise. **Otra Economía**, v. 13, n. 24, 2020, p. 3-24.
- GAIGER, Luiz Inácio. A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da economia social e solidária. **Nova Economia**, v. 31, n. 1, 2021, p. 157-183.
- GAIGER, Luiz Inácio; CORRÊA, Andressa. A História e os sentidos do empreendedorismo associativo. **Otra Economía**, v. IV, n. 7, 2010, p. 153-176.
- GAIGER, Luiz Inácio *et al.* **A economia solidária no Brasil; uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- GAIGER, Luiz Inácio; SANTOS, Aline (Orgs.). **Solidariedade e ação coletiva: trajetórias e experiências**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017.

GAIGER; NYSSSENS, Marthe; WANDERLEY, Fernanda (Eds.). **Social Enterprise in Latin America. Theory, Models and Practice**. New York / London: Routledge, 2019.

GARDIN, Laurent. **Les initiatives solidaires. La réciprocité face au marché et à l'état**. Ramonville Saint-Agne: Éditions Éres, 2006.

GIBSON, Katherine; GRAHAM, Julie. **A Postcapitalist Politics**. Minneapolis: University of Minnesota, 2006.

GIBSON, Katherine; GRAHAM, Julie; CAMERON, Jenny; STEPHEN, Healy. **Take Back the Economy: An Ethical Guide to Transforming Our Communities**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOULDNER, Alvin. The Norm of Reciprocity. **American Sociological Review**, v. 25, n. 2, 1960, p. 161-178.

GUERRA, Pablo. **Socioeconomía de la solidaridad**. Montevideu: Editorial Nordan-Comunidad, 2002.

HÉNAFF, Marcel. On the Norm of Reciprocity. **Teoria e Crítica dela Regolazione Sociale**, Quaderno 10, 2010.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação social das catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável - Brasil**. Brasília, 2013.

LAVILLE, Jean-Louis. Le renouveau de la sociologie économique. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, CIII, 1997, p. 229-235.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'Économie sociale et solidaire**. Pratiques, théories, débats. Paris: Éditions du Seuil, 2010.

KRAYCHETE, Gabriel *et al.* (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Vozes, 2000.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MURRA, John. **Reciprocity and Redistribution in Andean Civilizations**. Chicago: HAU Books, 1969.

OIT – Organización Internacional del Trabajo. **Actas de la 110ª Reunión de la Conferencia Internacional del Trabajo**. Ginebra, 2022.

PASQUALETO, Kellen. **Protagonismo político e consciência de classe. O caso dos recicladores de materiais recicláveis do Vale do Rio dos Sinos**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

POLANYI, Karl. The Economy as Instituted Process. In: ARENSBERG, Carl.; PEARSON, Henry; POLANYI, Karl. **Trade and Markets in the Early Empires. Economies in History and Theory**. Glencoe: The Free Press, 1957, pp. 243-270.

POLANYI, Karl. **The Livelihood of Man**. New York, Academic Press, 1977.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation: The Political and Economic Origins of our Time**. 3ª ed. Boston: Beacon Press, 2001.

ROELVINK, Gerda *et al.* (Eds.). **Making other Worlds Possible. Performing Diverse Economies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

RAZETO, Luis. **Las organizaciones económicas populares**. Santiago: Programa de Economía del Trabajo, 1983.

RAZETO, Luis. **Las empresas alternativas**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1990.

RIOS, Mariza; ASSIS, Giovanna. Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental. **Cadernos IHU**, v. 18, n. 309. Instituto Humanitas Unisinos: São Leopoldo, 2020.

SABOURIN, Éric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, v. XVIII, n. 20, 1999, p. 41-49.

SABOURIN, Éric. A qualificação das transações econômicas: aportes e limites da contribuição de Karl Polanyi. **30º Encontro Anual da ANPOCS**, 2006.

SABOURIN, Éric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, 2008, p. 131-138.

SABOURIN, Éric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades tribais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVET, Jean-Michel. O princípio da reciprocidade hoje. Um conceito para compreender e construir a economia solidária. In: HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis (Eds.). **Socioeconomia e democracia. A atualidade de Karl Polanyi**. Porto Alegre: Escritos, 2016, p. 149-176.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André (Eds.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.

SOUZA, José. **Desafios da associação: O caso da Associação NORA - Novo Osasco Reciclando Atitudes - dos trabalhadores com materiais recicláveis**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

TEMPLE, Dominique. **Teoría de la reciprocidad** (2 vols.). La Paz: PADEP/ GTZ, 2003.

VERONESE, Marília. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano.

Contemporânea, v. 6, nº 1, 2016, p. 213-236

Dados do autor

Luiz Inácio Gaiger

Doutor em Sociologia, Colaborador Voluntário de Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Bolsista de Produtividade do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0241-7064>. E-mail: gaiger@unisinos.br e luiz.gaiger@gmail.com.